



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

PARECER JURÍDICO Nº 027/2022

PROJETO DE LEI Nº 022/2022

PROCESSO: 026/2022

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

Ementa: Direito Financeiro. Abertura crédito especial para aquisição de patrulha mecanizada. Alteração do PPA e da LDO no exercício de 2022. Possibilidade.

I - RELATÓRIO

A Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Vila Pavão recebe para análise e emissão de parecer o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre abertura de crédito especial e inclui item no PPA e LDO. O Projeto de Lei está devidamente instruído com a Mensagem.

Feitas tais considerações, manifestamo-nos.

II – ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente destacamos que o parecer jurídico tem por objetivo uma análise técnica de suas disposições, ou seja, se as mesmas respeitam as exigências constitucionais e legais, **remanescendo aos Vereadores o estudo sobre a viabilidade no que tange ao interesse público.**

Preliminarmente o referido Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo Municipal a alterar os anexos do PPA e LDO para o exercício de 2022 abrindo *crédito especial de R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil reais) destinados à aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada*, para atender a Secretaria Municipal de Agricultura.

Contudo nos cabe à análise da viabilidade legal, o que nos faz remeter às dotações orçamentárias vigentes para absorver tal despesa, assim sendo, no corpo do próprio projeto de lei, é informado de que a abertura do referido crédito especial advirão do Convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Proposta nº 0055706/2021, Convênio nº 924781/2021 com o fornecimento de R\$ 668.500,00 (seiscentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais) e contrapartida do Município de Vila Pavão com R\$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais), conforme art. 2º do Projeto de Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

Cumpre salientar que deverá ser observado se os valores referentes à rubrica indicada estão desvinculadas de qualquer projeto federal ou estadual, a fim de que possam ser remanejados para a abertura de crédito especial.

Ademais, deverá cumprir as exigências da Lei 4.320/64 em especial os arts. 41, 42 e 43.

Quanto à urgência especial solicitada, abstemo-nos de qualquer pronunciamento a respeito, por ser questão de ordem unicamente de conveniência e oportunidade, sem qualquer conotação jurídica.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Procuradoria Jurídica opina pela POSSIBILIDADE JURÍDICA da tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado.

A emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Vila Pavão/ES, 21 de março de 2022.

MARCELA SEIDEL ALBUQUERQUE

Procuradora Jurídica – Matrícula nº 00095

Advogado OAB/ES 15.328